**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

# CHAMAMENTO PÚBLICO

**PROCESSO Nº 80/2024**

**CREDENCIAMENTO Nº 01/2024**

Edital de Chamamento Público para Credenciamento para permissão de uso, operacionalização e exploração comercial à título precatório de espaços públicos, localizados no terminal rodoviário deste município, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

|  |
| --- |
|  |
| **Endereço:** Prefeitura Municipal de Janaúba - MG, situada à Praça Dr. Rockert, nº 92, Centro, Janaúba – MG.  |
| **Período:** O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 04/07/2024, das 09h00 às 17h00, no endereço acima indicado. |
| **Esclarecimentos:** Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail licitacaojanauba@yahoo.com.br, ou pelo telefone (38) 9 9161 3873. |
| **Legislação:** Lei Federal nº 14.133/2021. |

**O MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG**, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 18.017.392/0001-67, com sede à Praça Dr. Rockert, nº 92, Centro, Janaúba – MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO,** com o objetivo de **credenciar pessoas para permissão de uso, operacionalização e exploração comercial à título precatório de espaços públicos, localizados no terminal rodoviário deste município**, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

# DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

* 1. É objeto do presente Edital o credenciamento para permissão de uso, operacionalização e exploração comercial à título precatório de espaços públicos, localizados no terminal rodoviário deste município, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital.
	2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* 1. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
	2. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

# DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

* 1. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas físicas ou jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
	2. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.
	3. Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura Municipal de Janaúba – MG.
	4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.
	5. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.
	6. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão sem apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.
	7. Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.
	8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

# DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

* 1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**
1. Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
2. Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
3. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
5. Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
7. Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.

**i)** Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

# RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
2. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
4. Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
5. Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
6. Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

# RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 03 (três) meses da data de entrega da solicitação de credenciamento, somente para pessoas jurídicas constituídas há mais de 01 (um) ano.
	1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO FÍSICA**

a) Cópia dos documentos pessoais;

1. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
3. Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
4. Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
5. Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

# DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

1. Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo III);

# ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessadas entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.
	2. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Licitação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será aposto em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.
	3. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.
	4. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

# DOS RECURSOS

* 1. O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Licitação e protocolado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Janaúba, situada à Praça Dr. Rockert, nº 92, Centro, Janaúba – MG.
	2. O recurso não terá efeito suspensivo.

# DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

* 1. Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementará sempre que novos interessados se credenciarem.
	2. O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Secretário competente.
	3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.
	4. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e publicada no Diário Oficial da União.
	5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

# DO CONTRATO

* 1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
	2. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.
	3. Os serviços deverão ser realizados no Município de Janaúba - MG, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.
	4. A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

# DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

* 1. Os credenciados farão o pagamento de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja forma de pagamento será expressa em contrato;
	2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores do Anexo I – Termo de Referência.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* 1. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, a Prefeitura do Município de Janaúba - MG procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.
	2. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

R= V x I

Onde:

R = valor da correção procurada; V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

# DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

* 1. A Prefeitura Municipal de Janaúba – MG poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.
	2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.
	3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* 1. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.
	2. Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Secretário Municipal de Administração para tomada de decisão.
	3. Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

# DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

* 1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Licitação, entregues pessoalmente no Departamento de Licitações, situado à Praça Dr. Rockert, nº 92, Centro, Janaúba - MG, das 9h00 às 17h00, ou ainda pelo e-mail licitacaojanauba@yahoo.com.br.
	2. Caberá à Comissão de Licitação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
	3. As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

# DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

* 1. As obrigações do Credenciado constam no Anexo I – Termo de Referência.

# DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

* 1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
	2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
	3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.
	4. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
	5. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
	6. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
	7. A Prefeitura Municipal de Janaúba – MG, através de cada Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.
	8. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* 1. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.
	2. Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura Municipal de Janaúba – MG.
	3. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.
	4. A Prefeitura Municipal de Janaúba – MG poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.
	5. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

#  ANEXOS DO EDITAL

* 1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

**Anexo I -** Termo de Referência;

**Anexo II -** Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

**Anexo III -** Solicitação de Credenciamento e Declarações.

Janaúba - MG, 21 de junho de 2024.

**Fábio Cantuária Ribeiro**

**Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

# ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO**
	1. O objeto do presente termo é o CREDENCIAMENTO de permissão de uso, operacionalização e exploração comercial à título precatório de espaços públicos, localizados no Terminal Rodoviário de Janaúba/MG.
2. **JUSTIFICATIVA**
	1. O credenciamento para a permissão de uso, operacionalização e exploração comercial dos espaços públicos no Terminal Rodoviário de Janaúba representa uma oportunidade significativa para estimular o desenvolvimento econômico local. Ao permitir que empreendedores locais e regionais utilizem esses espaços para suas atividades comerciais, estamos fomentando o crescimento do comércio e dos serviços na região, o que por sua vez contribui para a geração de empregos e o aumento da renda da população.
	2. O credenciamento desses espaços públicos também possibilita a melhoria da infraestrutura e dos serviços oferecidos no Terminal Rodoviário. Com o envolvimento da iniciativa privada na operacionalização e manutenção desses espaços, podemos esperar investimentos em melhorias estruturais, como reformas, ampliações e modernização das instalações, além da implementação de serviços complementares que atendam às necessidades dos usuários, como áreas de alimentação, lojas de conveniência, serviços de transporte e turismo, entre outros.
	3. A exploração comercial dos espaços públicos no Terminal Rodoviário também representa uma fonte adicional de receita para o município de Janaúba. Por meio da cobrança de taxas de ocupação e da arrecadação de impostos sobre as atividades comerciais realizadas nesses espaços, a prefeitura poderá aumentar sua arrecadação, o que possibilita a destinação de recursos para investimentos em outras áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura urbana.
	4. Ao permitir que empreendedores locais ofereçam uma variedade de produtos e serviços no Terminal Rodoviário, estamos também melhorando a experiência dos usuários que utilizam esse espaço. Com mais opções disponíveis, os passageiros terão acesso a uma gama maior de produtos e serviços, o que contribui para tornar suas viagens mais confortáveis e convenientes.
	5. O Terminal Rodoviário de Janaúba muitas vezes serve como porta de entrada para turistas que visitam a região. Ao oferecer uma infraestrutura mais moderna e serviços de qualidade, podemos atrair mais turistas e incentivar o consumo de produtos locais, promovendo assim o desenvolvimento do turismo e do comércio na cidade e região circunvizinha.
	6. O credenciamento para a permissão de uso, operacionalização e exploração comercial dos espaços públicos no Terminal Rodoviário de Janaúba/MG apresenta uma série de benefícios tanto para a comunidade local quanto para os usuários do terminal, além de representar uma oportunidade única para impulsionar o desenvolvimento econômico e promover melhorias significativas na infraestrutura e nos serviços oferecidos nesse importante ponto de acesso da cidade ,com benfeitorias desta municipalidade, com a finalidade de nele explorar o ramo de comércio ou prestação de serviço conforme segue.
3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NÚMERO DA LOJA | ÁREA (M²) | TIPO DE LOJA | LANCE (EM R$) |
| 01 | 66,03 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 2.000,00 |
| 02 | 9,90 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 700,00 |
| 03 | 7,90 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 550,00 |
| 04 | 16,75 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 1.000,00 |
| 05 | 9,05 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 600,00 |
| 06 | 16,31 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 1.000,00 |
| 07 | 11,40 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 800,00 |
| 08 | 8,00 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 600,00 |
| 09 | 42,85 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 1.500,00 |
| 10 | 11,91 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 600,00 |
| 11 | 6,00 | Bar e/ou açougue, condimentos e especiarias. | 500,00 |
| 12 | 11,46 | Bar e/ou , lanchonete, sorveteria e outros. | 800,00 |

* 1. As unidades de 01 (um) a 12 (doze) ficam localizadas no Terminal Rodoviário de Janaúba/MG, conforme ANEXO I desse termo de referência.
	2. A participação no certame para utilização dos BOXES da Rodoviária pelos atuais usuários ficará condicionada à regularidade das obrigações contratuais entre o Município de Janaúba e cada empreendedor, aqueles que puderem comprovar o cumprimento dessas obrigações, por meio da apresentação da documentação exigida, terão prioridade no Procedimento Administrativo para o uso dos espaços públicos já ocupados, observadas as disposições e requisitos estabelecidos no próprio procedimento. Para os demais, a classificação será por ordem de entrega da documentação.
1. **CONDIÇÕES DE USO**
	1. O cessionário obriga-se a comunicar previamente a Secretaria Municipal de Obras, a intenção de realizar benfeitorias de adaptação e reparos do imóvel de seu interesse que irá possibilitar a sua utilização e compromete-se a cumprir com a orientação da Secretaria Municipal de Obras, que avaliará quais serão as benfeitorias de adaptação bem como os reparos, para não comprometer a padronização do espaço.
	2. O cessionário obriga-se a cumprir as regas de utilização do espaço sendo elas:
	3. A utilização de placas de identificação com o nome e logomarca do cessionário é opcional, porém caso seja de interesse do cessionário tal identificação a placa deverá ser confeccionada em ACM podendo ou não ter iluminação embutida em LED e seguir obrigatoriamente as medidas abaixo:

**MEDIDAS DAS PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NÚMERO DA LOJA | ÁREA (M²) | TIPO DE LOJA | MEDIDA DA PLACA DEIDENTIFICAÇÃO |
| 01 | 66,03 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 705x100-900x100 |
| 02 | 9,90 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 350x100 |
| 03 | 7,90 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 284x100 |
| 04 | 16,75 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 500x100 |
| 05 | 9,05 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 155x80-140x80-286x80 |
| 06 | 16,31 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 410x80 |
| 07 | 11,40 | Bar e/ou Restaurante, lanchonete, sorveteria e outros. | 384x80 |
| 08 | 8,00 | Bar e/ou açougue, condimentos e especiarias. | 248x80 |
| 09 | 42,85 | Bar e/ou açougue, condimentos e especiarias. | 388x80-388x80 |
| 10 | 11,91 | Bar e/ou açougue, condimentos e especiarias. | 280x80 |
| 11 | 6,00 | Bar e/ou açougue, condimentos e especiarias. | 256x80 |
| 12 | 11,46 | Bar e/ou , lanchonete, sorveteria e outros. | 326x80-286x80 |

**A padronização do mobiliário deverá seguir as seguintes especificações:**

* 1. Mesa e cadeiras em madeira, dobráveis, confeccionadas de Eucalipto e o tampo da mesa em MDF plus naval, sendo o tampo da mesa quadrado com o comprimento de 70 cm e largura 70 cm, altura total da mesa de 75 cm. As cadeiras com largura de 39 cm, profundidade de 34 cm e altura total das cadeiras de 45 cm.
	2. Caso o cessionário desejar, pode escolher pelas cadeiras da marca Tramontina 92150109, modelo Isabelle com material em Polipropileno e Fibra De Vidro na cor Marrom.
	3. Utilizar-se do espaço de convivência, zelando pela higiene recolhendo os utensílios de sua propriedade.
	4. Utilizar-se do espaço de convivência conforme demarcado no Anexo I deste termo de referência.
	5. O cessionário não poderá obstruir as áreas de circulação com mesas, cadeiras e/ou nenhum outro material, equipamento, etc.
	6. O espaço funcionará diariamente, de segunda a domingo, das 7 (sete) horas até às 22 (vinte e duas) horas, tolerando-se aos concessionários que estes adentrem ao recinto, para fins de arrumação, limpeza, carga e descarga, às 6 (seis) horas e 30 (trinta) minutos, e que saiam às 22:30 (vinte duas horas e trinta minutos) horas, pelos mesmos fins.
	7. Poderá o cessionário encerrar suas atividades diárias em horário inferior ao previsto no item 4.2.6, assim como poderá utilizar 1 (um) dia da semana para não funcionamento de suas atividades.
	8. O cessionário fica obrigado a pagar todos os impostos, taxas e tarifas incidentes, ou que venham a incidir, sobre o imóvel ora permitido, ou sobre a sua utilização, inclusive as despesas com energia elétrica.
	9. O cessionário responderá por todos os danos no imóvel ainda que decorrentes de atos de seus prepostos e empregados, ou de infringências de disposições legais e regulamentares.
	10. O cessionário fica obrigado a permitir a inspeção periódica do imóvel pelo concessionário, e, finda a cessão, a restituir o imóvel em perfeito estado de conservação, totalmente livre e desembaraçado.
	11. É expressamente proibido ao cessionário transferir os direitos de exploração do estabelecimento.
	12. Considerar-se-á rescindo o presente contrato de concessão sob o regime de locação, independentemente de ato especial, retornando os bens cedidos ao concessionário, sem direito o cessionário a qualquer indenização inclusive por qualquer modalidade benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:
	13. Ao término do prazo previsto no ato autorizativo da concessão;
	14. Se a eles for dada utilização diversa da destinada;
	15. Se for verificada a locação, sublocação, arrendamento total ou parcial ou a transferência a terceiros por qualquer se seja o meio, da área objeto da concessão;
	16. Se ocorrer inadimplemento de clausula contratual, com atrasos de quaisquer parcelas, pagamento e/ou outros débitos resultantes desta concessão, por um período superior a 60 (sessenta) dias, contados do seu vencimento;
	17. Paralisação das atividades comerciais, fechamento e/ou abandono da unidade (loja) por mais de 60 (sessenta) dias, sem prévia comunicação por escrito à Prefeitura;
	18. Se o cessionário renunciar à cessão, deixar de exercer suas atividades especificas, ou se extinguir;
	19. Se o concessionário vier a necessitar, a qualquer tempo, dos bens cedidos para utilização em serviço público, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.
	20. Se em caso de morte de um dos fiadores, declaração de sua insolvência ou incapacidade civil, não for apresentado substituto que atenda as exigências deste edital, no prazo de cinco dias.
1. **DOS VALORES, PAGAMENTO E VIGÊNCIA**

5.1 O valor mínimo para lance inicial, está definido conforme tabela no item 3.0 deste termo de referência, que foi estipulado pela administração.

5.2 O preço para formalização da ocupação da área concedida será pago em parcela única para assinatura do contrato de concessão de uso e a cada renovação e deverá equivaler, no mínimo, a 12 (doze) parcelas referentes ao valor mensal pago pelo espaço pretendido, excluídas as despesas comuns, sendo quitado integralmente na assinatura do contrato ou do respectivo termo aditivo de prorrogação de prazo.

5.3 O preço pago para formalização da ocupação da área concedida será integralmente restituído ao contratado que tiver, ao adequar o espaço atendendo aos parâmetros previamente definidos pelo presente termo de referência e edital, investido comprovadamente o valor equivalente na estrutura mínima exigida.

5.4 Após realizado o pagamento previsto no item 4.1 e assinado o respectivo contrato de concessão o cessionário terá o prazo de 20 dias improrrogáveis para adequação do espaço às exigências definidas pela AdministraçPão por meio do presente Termo de Referência, Edital e projetos anexos ao edital, sob pena de rescisão unilateral do contrato com a consequente convocação do segundo colocado.

5.5 O pagamento mensal da concessão do item 3.0 deste termo de referência, deverá ocorrer mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, através de Guia de Arrecadação que deverá ser retirada pelo cessionário na tesouraria da Prefeitura Municipal de Janaúba/MG localizada na Praça Dr. Rockert, 92 – Centro.

5.6 O valor pago pelo cessionário a título de concessão do espaço público, compõem as despesas decorrentes das despesas de pessoal próprio e/ou terceirizado da Prefeitura Municipal de Janaúba, diretamente envolvidos nas atividades de limpeza, manutenção e segurança, tal como fornecimento de água.

5.7 O Contrato de concessão terá vigência de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação do instrumento.

1. **OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO**
	1. Além das obrigações previstas no edital e seus anexos, em especial neste termo de referência, o cessionário compromete-se a:
	2. Pagar mensal e pontualmente o valor contratado;
	3. Sujeitar-se à fiscalização, notificação e autuação do MUNICÍPIO;
	4. Zelar pela manutenção, limpeza e conservação do bem concedido;
	5. Comunicar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agronegócios, mediante protocolo, sempre que houver necessidade de providências e/ou de esclarecimentos sobre a concessão;
	6. Devolver o bem, ao final do prazo, ou por motivo de rescisão do presente contrato, nas mesmas condições em que foram recebidos;
	7. Apresentar ao Município todo e qualquer material de divulgação do estabelecimento e requerer a aprovação antecipada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agronegócios;
	8. Deverá obedecer e fazer cumprir o Código de Posturas do Município;
	9. Manter-se, durante o período da concessão, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Edital, bem como com as obrigações ora assumidas;
	10. Sempre que realizar qualquer evento no local, deverá requerer, previamente,
	11. Autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agronegócios;
	12. Arcar com as despesas de consumo de energia elétrica, materiais de higiene,
	13. Conservação e limpeza de uso nos prédios e área concedida;
	14. Efetuar o pagamento de tributos municipais, estaduais e federais por ventura incidentes sobre a área objeto da concessão.
2. **OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO**
	1. Dentre outras obrigações previstas neste termo de referência e no edital e seus anexos, são compromissos da Prefeitura Municipal de Janaúba:

a. Cumprir todas as normas e condições do presente edital.

b. Fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários ao pleno e fiel cumprimento do objeto da presente licitação, na forma deste contrato a ser celebrado.

* 1. Fica expressamente outorgada à Prefeitura Municipal de Janaúba o direito de a qualquer tempo e/ou horário, ingressar na área objeto da presente e concessão, na presença do cessionário ou seu preposto, nos seguintes casos:

 a. Para examinar ou retirar gêneros em perecimento ou de venda não permitida;

 b.Para proceder sua desocupação, por ter sido a unidade comercial abandonada;

 c.Para fiscalizar a manutenção da higiene.

7.3 O concessionário deverá responsabilizar-se pela manutenção da área comum de convivência, sendo de sua inteira responsabilidade as despesas de pessoal próprio e/ou terceirizado da Prefeitura Municipal de Janaúba diretamente envolvidos nas atividades de limpeza, manutenção e segurança, tal como fornecimento de água.

1. **MEDIDAS ACAUTELADORAS E GARANTIA**
	1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
2. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**
	1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração Municipal, o Sr. José Edmozame Luiz Morais, portador do CPF: 441.888.116-68 ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
	2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº. 14.133/2021
	3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
3. **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
	1. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
	2. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.
	3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

# ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº**

**O MUNICÍPIO DE JANAÚBA - MG**, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.017.392/0001/67, com sede à Praça Dr. Rockert, nº 92, Centro, nesta cidade, neste ato representada por ­­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro, casado, portador da RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade de Janaúba - MG, doravante denominado de **CREDENCIANTE**, e xxxxxxxxxxxx**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxxx, nº xxxxxx, Bairro xxxxx, Cidade - Mg, CEP xxxxx, doravante denominado de **CREDENCIADO,** neste ato representada por xxxxxxxx, nacionalidade, profissão, portador da CI/RG nº xxxxx SSP/xxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxx, acordam proceder ao presente contrato, nos termos do Processo nº 80/2024, Edital de Credenciamento nº 01/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

* 1. Pelo presente instrumento, credencia-se as pessoas para permissão de uso, operacionalização e exploração comercial à título precatório de espaços públicos, localizados no terminal rodoviário deste município.

**CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL**

* 1. Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas neste Edital, bem como seus Anexos.

**CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO**

* 1. O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.
	2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
	3. Os serviços deverão ser solicitados pela Secretaria solicitante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
	4. Após a emissão da Autorização de Fornecimento e respectivo empenho, o Credenciado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início à execução dos serviços.
	5. Os serviços deverão ser executados de segunda a sábado, das 08h00 às 18h00, nos locais indicados pela Secretaria solicitante.

**CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

* 1. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.
	2. Os pagamentos serão efetuados até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.
	3. Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.
	4. Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* 1. É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.
	2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.
	3. O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.
	4. A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.
	5. Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

**CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA**

* 1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

**CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES**

# CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

* + 1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
		2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
		3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.
		4. Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.
		5. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
		6. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
		7. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* + 1. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
		2. A Prefeitura Municipal de Janaúba, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.
		3. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.
		4. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

# CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

* + 1. Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Credenciante;

**6.2.2**. Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

* + 1. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura, referentes às condições firmadas neste contrato e no Termo de Referência;
		2. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
		3. Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;
		4. Manter materiais e equipamentos adequados para a prestação dos serviços;
		5. Observar as normas e regulamentos relacionados com a prestação dos serviços;
		6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
		7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
		8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
		9. Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Município;
		10. Comunicar à secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
		11. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Prefeitura;
		12. Prestar esclarecimentos à Prefeitura sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
		13. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;
		14. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obriga a atender;
		15. Qualquer dano causado ao patrimônio do Município decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

**CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES**

* 1. O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
		1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
		2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
		3. dar causa à inexecução total do contrato;
		4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
		5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
		6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
		7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
		8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
		9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
		10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
		11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
		12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
	2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
		1. advertência;
		2. multa;
		3. impedimento de licitar e contratar;
		4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
	3. Na aplicação das sanções serão considerados:
		1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
		2. as peculiaridades do caso concreto;
		3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
		4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
		5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de

controle.

* 1. A sanção prevista na letra “a” do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
	2. A sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:
		1. se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* + 1. se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
		2. se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
		3. se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.
	1. A sanção prevista na letra “c” do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
	2. A sanção prevista na “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
	3. A sanção estabelecida na letra “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.
	4. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) deste contrato.
	5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
	6. A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
	7. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
	8. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
	9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
	10. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

**CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO**

* 1. A rescisão do presente Contrato poderá ser:
		1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

* + 1. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
		2. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
	1. Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS**

* 1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

**CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

* 1. O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

**CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

* 1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

* 1. O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do Município.

**CLAUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO**

* 1. O Município encaminhará para publicação o extrato deste Contrato no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

**CLÁUSULA XV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

* 1. As despesas decorrentes do presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias própria, previstas no orçamento do Município para o exercício de 2024 que constam no termo de referência.

**CLÁUSULA XVI – DO FORO**

* 1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Janaúba - MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
	2. E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Janaúba - MG, xxx de xxx de 2024.

**S**

**O**

**P**

**M**

**A**

**C**

**O**

**I**

**L**

**U**

**J**

**E**

**D**

# ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

Ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Janaúba - MG

|  |
| --- |
| **DADOS CADASTRAIS** |
| **Nome empresarial:** |
| **Endereço:** | **Cidade:** | **UF:** |
| **Telefone:** | **Celular:** | **E-mail:** |
| **Banco:** | **Agência:** | **Conta Corrente:** |
| **CNPJ:** | **Inscrição Estadual (se houver):** |

xxxxxxxxxx, conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de: **(especificar para qual (is) serviços se credencia, conforme lista de serviços do Termo de Referência).**

**DECLARA, para os devidos fins:**

* + 1. QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
		2. QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
		3. QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas neste Edital de Credenciamento, acatando-as em sua totalidade;
		4. QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
		5. QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;
		6. QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado